



MINUTA DA ATA N.º 34/XII-2º/2018-19

1 - Aos 27 dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, pelas 21H15, no Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro, na rua Professor Ruy Luís Gomes no Laranjeiro, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de junho da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia
 - 3.1 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais para o ano de 2020”;
 - 3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais para o ano de 2019”;
 - 3.3 – Ratificação dos nomes dos representantes da Assembleia Municipal no Painel de Observadores do Programa de Monitorização de Odores Atmosféricos da FCT-NOVA – Sovena Oilseeds;
 - 3.4 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;
 - 3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau – Chefe de Divisão de Gestão Administrativa – SMAS”;
 - 3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor Delegado – SMAS”;
 - 3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração da composição de júri do procedimento concursal tendente ao recrutamento de Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças”;
 - 3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor do Departamento de Projetos e Obras – SMAS”;
 - 3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Minuta de Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira a celebrar entre o Fundo Ambiental, a Câmara Municipal de Almada e a Agência Portuguesa do Ambiente”;
 - 3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “2ª Revisão do Orçamento 2019 e das Grandes Opções do Plano”;
 - 3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração à licença de Loteamento do L722/93 para construção do Edifício “Residência de Nossa Senhora de Piedade” destinado a Residência Sénior”;
 - 3.12 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Minuta de Acordo a celebrar entre a Câmara Municipal de Almada e a REN”;
 - 3.13 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios”;
 - 3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Participação do Município na Associação de Turismo de Lisboa”;
 - 3.15 – Apreciação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aprovação da declaração de alteração por adaptação dos PMOT em vigor, com vista à integração, e consequente compatibilização, das normas do Programa da Orla Costeira de Alcobaça-Cabo Espichel (POC-ACE).”



2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – Do Senhor Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva (PS), Bruno Ramos Dias CDU), Elisabete Peres Pereira (CDU), Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU), Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque (PSD), Sílvia Maria Mendes de Sousa (PSD), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS) para o dia 27 de setembro, por impedimento de Sérgio Cantante Faria de Bastos; José Gabriel Guiomar Joaquim (CDU), para os dias 27 e 30 de setembro; António Abrantes de Almeida (CDU), para o dia 27 de setembro, por impedimento de Mara Rita Silva Martins, de Jorge Miguel Oliveira Feliciano, de Mário José de Sousa Pedroso, de Andreia Sofia Fernandes Egas, de António José Olaio da Silva, de José Augusto Tavares Oliveira e de Joana Tavares Reis Raposo; José João Santos da Mata (CDU); Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), para o dia 27 de setembro, por impedimento de Sónia Raquel Faria; e Nuno Ricardo Fragoso Dominginhos (PSD) para o dia 27 de setembro.

4.1.2 - O Senhor Presidente da União da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Ricardo Jorge Cordeiro Louçã (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Ilda de Lurdes de Oliveira Dâmaso Garrett, a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, Teresa Paula de Sousa Coelho (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Patrícia Mónica de Carvalho Gancho Brito.

4.1.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta do Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind).

4.2- O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Tiago Galveia em substituição da Senhora Vereadora Amélia Parda, por impedimento de Rui Jorge Martins e de Ana Cláudia Dias; da Senhora Vereadora Catarina Pé-Curto em substituição do Senhor Vereador António Matos, por impedimento de Ricardo Manuel Vieira; e do Senhor Vereador Luís Filipe Pereira em substituição da Senhora Vereadora Joana Mortágua.

4.3 – O Senhor Presidente deu as seguintes informações à Assembleia:

4.3.1 – Foi feita a distribuição aos Senhores/as Deputados/as Municipais do Relatório de Atividades da Assembleia Municipal do ano de 2017/18, que será divulgado na página net da Assembleia e no Facebook;

4.3.2 – O Senhor Presidente recebeu a Comissão Sindical do STAL Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins, o qual entregou um dossiê de documentação que se encontra nos serviços da Assembleia ao dispor dos Senhores Deputados Municipais;

4.3.3 – Foi feita a distribuição aos Senhores/as Deputados/as Municipais do relatório nº 2018/1294 da IGF, sobre a utilização dos recursos públicos na área da contratação pública;

4.3.4 – Deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 25 de setembro, um pedido do Grupo do PS para um debate temático, ao abrigo do artigo 65º do Regimento, sobre a ação de controlo ao Município elaborada pela IGF.

4.4 – Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.4.1 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) sobre a Linha de Muito Alta Tensão, enviado para a Câmara Municipal em 11/7/2018, ainda não foi respondido.



4.4.2 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre intervenção de requalificação do edificado da Incrível Almadense, enviado para a Câmara Municipal em 7/5/2019, ainda não foi respondido.

4.4.3 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre obras de requalificação do salão de festas da Incrível Almadense, enviado para a Câmara Municipal em 6/6/2019, foi respondido em 5/8/2019.

4.4.4 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre degradação da estrada nacional 10-1, enviado para a Câmara Municipal em 2/9/2019, ainda não foi respondido.

4.4.5 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre alerta e preocupações com a vespa velutina, enviado para a Câmara Municipal em 2/9/2019, ainda não foi respondido.

4.4.6 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind) sobre descargas nas águas do Rio Tejo na zona do 2º Torrão na Trafaria, enviado para a Câmara Municipal em 24/5/2019, ainda não foi respondido.

4.4.7 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre concurso gastronómico “sabores de Almada 2019”, enviado para a Câmara Municipal em 21/8/2019, ainda não foi respondido.

4.4.8 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre peixes mortos nas praias do Município, enviado para a Câmara Municipal em 21/8/2019, ainda não foi respondido.

4.4.9 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre qualidade da água do lago do Parque da Paz, enviado para a Câmara Municipal em 30/8/2019, ainda não foi respondido.

4.4.10 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre responsabilidade pelos animais no Parque da Paz, enviado para a Câmara Municipal em 30/8/2019, ainda não foi respondido.

4.4.11 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre utilização de produtos fitofarmacêuticos à base de glifosato em espaços públicos, enviado para a Câmara Municipal em 5/9/2019, ainda não foi respondido.

4.4.12 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre campanha de esterilização de animais de companhia, enviado para a Câmara Municipal em 5/9/2019, ainda não foi respondido.

4.5 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.6 – Finalmente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que tinham sido atempadamente distribuídas as atas n.ºs 31/XII-2.º/2018-19 e 32/XII-2.º/2018-19 da sessão ordinária de junho de 2019, para aprovação pela Assembleia Municipal.

4.6.1- Colocadas à votação, foram aprovadas por unanimidade as atas n.ºs 31/XII-2.º/2018-19 e 32/XII-2.º/2018-19 e ratificadas as respetivas minutas, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, tendo votado os Senhores Deputados Municipais presentes nas respetivas reuniões.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usaram da palavra os Senhores Múncipes António Pratas, José Manuel Dias Rodrigues, João António Franco Rocha, Pedro Rebelo, Gomesindo Pereira, João Duarte, Tatiana Arquizan e António Manuel Valadas Palma.

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS).



6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.1.1- Pelo falecimento de Lara Crespo (anexo 1), apresentado pela Senhora Deputada Municipal Fátima Marras (BE).

6.1.2 – Pelos incêndios na Amazónia (anexo 2), apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN).

6.1.3 – Pelo falecimento de Carlos Rodrigues (anexo 3), apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP).

6.1.4 – No debate usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) e a Senhora Presidente da Câmara.

6.1.5 - Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo sido todos aprovados por unanimidade.

6.1.6 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.2 – O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço (PS), para uma declaração política.

6.3 – Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, usaram da palavra para apresentarem documentos para votação os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal João Quintino (PS), para apresentar a saudação “requalificação do Parque Atlântico” (Anexo 4);

6.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) para apresentar o voto de saudação “1º encontro municipal de justiça, segurança e saúde animal” (Anexo 5);

6.3.3 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Silva (CDU), para apresentar a moção/deliberação “preservar o ambiente e a natureza, prevenir as alterações climáticas” (Anexo 6);

6.3.4 – A Senhora Deputada Municipal Ana Salvado (PS), para apresentar o voto de saudação “pelo projeto habitacional de Almada Poente e programa 1º direito” (Anexo 7);

6.3.5 – O Senhor Deputado Municipal José Ricardo Martins (PS), para apresentar o voto de saudação “à surfista Mafalda Lopes” (Anexo 8);

6.3.6 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido (PS), para apresentar o voto de saudação “pela expansão da Escola Carlos Gargaté” (Anexo 9);

6.3.7 – A Senhora Deputada Municipal Débora Rodrigues (PS), para apresentar o voto de saudação “ao 40º aniversário do Serviço Nacional de Saúde” (Anexo 10);

6.4 - No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Geraldês (CDU), Marina Lopes (PSD), António Pedro Maco (CDS-PP), Artur Alfama (PAN), Ivan Gonçalves (PS), José Rocha (BE) e a Senhora Presidente da Câmara.

6.5 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.5.1 – A saudação “requalificação do Parque Atlântico” foi aprovada por unanimidade;

6.5.2 – O voto de saudação “1º encontro municipal de justiça, segurança e saúde animal” foi aprovada por unanimidade;

6.5.3 – A moção/deliberação “preservar o ambiente e a natureza, prevenir as alterações climáticas” foi votado em separado a parte dos considerandos e a parte deliberativa, tendo-se verificado os seguintes resultados:



6.5.3.1 – A parte dos considerandos foi aprovada por maioria, com 20 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP; 14 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do eleito do PAN; e 3 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.5.3.2 – A parte deliberativa foi aprovada por unanimidade.

6.5.4 – O voto de saudação “pelo projeto habitacional de Almada Poente e programa 1º direito” foi aprovado por maioria, com 20 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD 1 do eleito do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; e 17 abstenções, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.5.5 – O voto de saudação “à surfista Mafalda Lopes” foi aprovado por unanimidade.

6.5.6 – O voto de saudação “pela expansão da Escola Carlos Gargaté” foi aprovado por maioria, com 23 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; e 14 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

6.5.7 – O voto de saudação “ao 40º aniversário do Serviço Nacional de Saúde” foi votado em separado a parte dos considerandos e a parte resolutiva, tendo-se verificado o seguinte resultado:

6.5.7.1 – A parte dos considerandos foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do eleito do PAN, 6 votos contra, sendo 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP e 17 abstenções, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.5.7.2 – A parte resolutiva foi aprovada por unanimidade.

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da Ordem do Dia relativa a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais para o ano de 2020”.

7.1.1 – Para apresentar a proposta usaram da palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira e a Senhora Presidente da Câmara.

7.1.2 - Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através das seguintes deliberações:

A)

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4º nº 2, al. b) da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, alterado pelo artigo 92º do Decreto-Lei nº 84/2019 de 28 de junho, conjugado com o artigo 10º nº 1 do Decreto-Lei nº 101/2018, de 29 de novembro, delibera rejeitar a transferência das competências previstas neste Decreto-lei, para o ano de 2020, nos termos da Proposta Nº 93/XII-2º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 16 de setembro de 2019.

B)



DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4º nº 2, al. b) da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, alterado pelo artigo 92º do Decreto-Lei nº 84/2019 de 28 de junho, conjugado com o artigo 21º nº 1 do Decreto-Lei nº 104/2018, de 29 de novembro, delibera rejeitar a transferência das competências previstas neste Decreto-lei, para o ano de 2020, nos termos da Proposta Nº 93/XII-2º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 16 de setembro de 2019.

C)

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4º nº 2, al. b) da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, alterado pelo artigo 92º do Decreto-Lei nº 84/2019 de 28 de junho, conjugado com o artigo 21º nº 1 do Decreto-Lei nº 20/2019, de 30 de janeiro, delibera rejeitar a transferência das competências previstas neste Decreto-lei, para o ano de 2020, nos termos da Proposta Nº 93/XII-2º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 16 de setembro de 2019.

D)

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4º nº 2, al. b) da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, alterado pelo artigo 92º do Decreto-Lei nº 84/2019 de 28 de junho, conjugado com o artigo 21º nº 1 do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, delibera rejeitar a transferência das competências previstas neste Decreto-lei, para o ano de 2020, nos termos da Proposta Nº 93/XII-2º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 16 de setembro de 2019.

E)

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4º nº 2, al. b) da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, alterado pelo artigo 92º do Decreto-Lei nº 84/2019 de 28 de junho, conjugado com o artigo 21º nº 1 do Decreto-Lei nº 22/2019, de 30 de janeiro, delibera rejeitar a transferência das competências previstas neste Decreto-lei, para o ano de 2020, nos termos da Proposta Nº 93/XII-2º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 16 de setembro de 2019.

F)

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4º nº 2, al. b) da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, alterado pelo artigo 92º do Decreto-Lei nº 84/2019 de 28 de junho, conjugado com o artigo 21º nº 1 do Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro, delibera rejeitar a transferência das competências previstas neste Decreto-lei, para o ano de 2020, nos termos da Proposta Nº 93/XII-2º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 16 de setembro de 2019.

7.2 - Entrou-se no ponto 3.2 da Ordem do Dia relativa a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais para o ano de 2019".

7.2.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

7.2.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo do artigo 23º, nº 2, do Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto, conjugado com o artigo 4º, nº 2 da Lei 50/2018 de 16 de agosto, delibera rejeitar a transferência das



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

competências previstas no referido Decreto-Lei, para o ano de 2019, nos termos da Proposta nº 94/XII-2º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 16 de setembro de 2019.

7.3 - Entrou-se no ponto 3.3 da Ordem do Dia relativa a ratificação dos nomes dos representantes da Assembleia Municipal no Painel de Observadores do Programa de Monitorização de Odores Atmosféricos da FCT-NOVA – Sovena Oilseeds.

7.3.1 – O Senhor Presidente fez a apresentação da proposta.

7.3.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado quórum, passou-se à votação por escrutínio secreto, tendo-se apurado o seguinte resultado: 37 votantes, 37 votos a favor. Assim, a proposta foi aprovada através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada ratificou a deliberação da 3ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Ambiente e Qualidade de Vida, de designação dos seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais, para representantes da Assembleia Municipal para integrarem o Painel de Observadores no âmbito do Programa de Monitorização de Odores Atmosféricos, que está a ser promovido pela FCT- NOVA, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente e a empresa Sovena Oilseeds, ao abrigo do artigo 91º do Regimento:

Henrique Margarido (PS), Sónia Silva (CDU) e Inês Bom (BE).

7.4 - Entrou-se no ponto 3.4 da Ordem do Dia relativa a apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal.

7.4.1 – Para apresentar o documento usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara e o Senhor Vereador Miguel Salvado.

7.4.2 – No debate, usaram da palavra os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais: José Lourenço (CDU), José Rocha (BE), Pedro Matias (PS). Usou da palavra ainda o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS), para fazer uma interpelação à Mesa, referindo que se tinha já atingido a hora limite regimental para funcionamento desta reunião. Usou também da palavra o Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU).

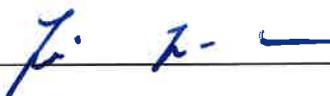
8 – Assim, sendo 01 horas e 20 minutos, muito embora o debate deste ponto não estivesse ainda terminado, mas sendo atingido o limite horário regimental, deu-se por concluída a 1ª reunião da sessão ordinária, sendo os trabalhos retomados no dia 30, pelas 21 horas e 15 minutos.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as Senhores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Nuno Matias, Miguel Salvado, Joaquim Judas, José Gonçalves, Tiago Galveia, Catarina Pé-Curto e Luís Filipe Pereira.

10 - Foi verificada a presença na reunião dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 70 Senhores Municípes.

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Minuta de Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE



O 1º SECRETÁRIO

A 2ª SECRETÁRIA

72



VOTO DE PESAR

Pelo falecimento de Lara Crespo

Lara Crespo nasceu em Lisboa a 16 de junho de 1971, mas residia na cidade de Almada. Foi co-fundadora, em conjunto com Eduarda Alice Santos, do Grupo Transexual Portugal, um coletivo pelos direitos das pessoas trans e contra a patologização da transexualidade. Foi também, desde os primeiros anos, organizadora da Marcha do Orgulho LGBTI de Lisboa.

Com um longo percurso no ativismo, principalmente a partir dos anos 2000, após o trágico homicídio de Gisberta, Lara Crespo esteve presente nos momentos marcantes da história do movimento trans em Portugal, tendo sido uma das ativistas pioneiras na luta contra a discriminação da qual foi vítima toda a sua vida. Nas suas entrevistas, blogs e partilhas, Lara descrevia como ainda era vítima de uma enorme discriminação não só social, mas também institucional, cultural e política.

Sempre incansável e corajosa lutadora, Lara, salientou ao longo da sua vida, a intersecção entre a transfobia e o machismo que torna as mulheres trans num grupo particularmente vulnerável e discriminado. "*Somos (mulheres trans) discriminadas diariamente e continuamente*". A Lara deixou-nos no passado dia 9 de setembro após uma vida de luta, resistência e de ativismo.

72

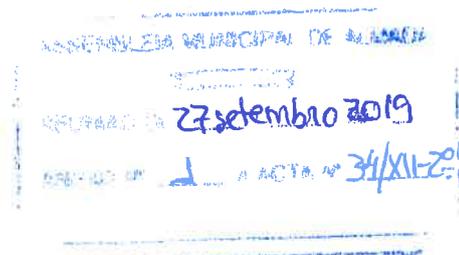
Não aguentou a discriminação que ela própria combatia e denunciava, tornando-se mais uma vítima da sociedade transfóbica e opressiva para tantos e tantas transexuais. Devemos lembrar Lara para que estes não sejam os fins trágicos de quem não aguenta mais, mas também para lembrar o seu legado e o contributo incalculável que nos deixou. A Lara será inspiração para todas as mulheres, homens, transexuais, que lutaram, lutam e lutarão para que todos e todas possam viver com dignidade, direitos, respeito e segurança.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 27 de Setembro de 2019, delibera:

1. Expressar o seu profundo pesar pela morte da mulher e ativista que foi Lara Crespo, e expressar aos seus familiares e amigos as mais sentidas condolências, fazendo um minuto de silêncio em sua homenagem.

Almada 27 de setembro de 2019

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda



VOTO DE PESAR Incêndios na Amazônia

Fomos recentemente confrontados com notícias e imagens chocantes dos fogos de enormes dimensões na floresta Amazónica. Os dados de satélite da NASA revelam que este é o ano com mais incêndios na Amazônia desde 2010, sendo também os mais intensos, por irradiarem mais calor que em anos anteriores.

A região da floresta amazónica, a mais extensa do mundo e com a maior biodiversidade registada, teve em meados de agosto mais de 9.000 incêndios florestais sendo que desde janeiro deste ano já arderam mais de 44 mil quilómetros quadrados de floresta, com um aumento de 80% em relação ao ano anterior.

Os fogos florestais na Amazônia têm frequentemente origem humana, com o propósito de limpar a terra para a pecuária, agricultura e exploração madeireira. Doug Morton, cientista do Centro Espacial Goddard da NASA explica que *“quando se olha a partir do espaço, vemos que são as atividades económicas o motor dos incêndios. Estes incêndios acontecem em zonas de exploração recente e expansão da agricultura. Isto é um sinal económico, e não climático”*.

No seu discurso de abertura do Conselho de Direitos Humanos em Genebra, Michelle Bachelet, a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, manifestou a sua *“profunda preocupação”* pela drástica aceleração da desflorestação da Amazônia, que quase duplicou entre janeiro e agosto deste ano comparativamente com o período homólogo do ano anterior. A desflorestação acelerada da Amazônia representa uma catástrofe ambiental sem precedentes.

Os números ajudam a perceber a importância da Amazônia; é o lar de uma em cada dez espécies da Terra, ou seja, detém cerca de 10% de toda a biodiversidade do mundo; produz cerca de 20% de todo o oxigénio disponível e absorve à volta de 8% de todo o dióxido de carbono que é emitido para a atmosfera sendo tais factos suficientes para que nenhum país, instituição ou líder político possa manter-se à margem da necessidade de proteção deste bioma da floresta amazónica.

Deste modo, a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propõe que a Assembleia Municipal de Almada, na sua Sessão Ordinária de 27 e 30 de setembro de 2019, delibere expressar o seu pesar pelos incêndios que estão a devastar a Amazônia e a comprometer a sobrevivência das populações indígenas e de milhares de animais.

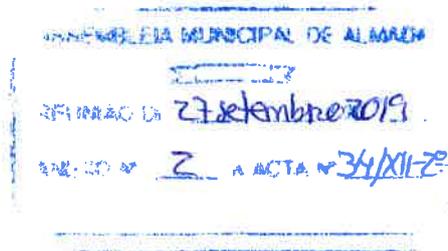
Laranjeiro, 27 de setembro de 2019

Pessoas - Animais – Natureza

Artur Jorge Alfama

Artur Alfama

(Deputado Municipal do PAN)





72

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA

VOTO DE PESAR

FALECIMENTO DE CARLOS RODRIGUES

Faleceu no dia 19 do presente mês, Carlos Alberto Antunes Rodrigues, militante do CDS-PP, partido pelo qual exerceu a sua actividade político-partidária, iniciada no concelho de Almada, sendo actualmente Vice-Presidente da concelhia do CDS PP Seixal, depois de ter mudado a sua residência para este concelho vizinho.

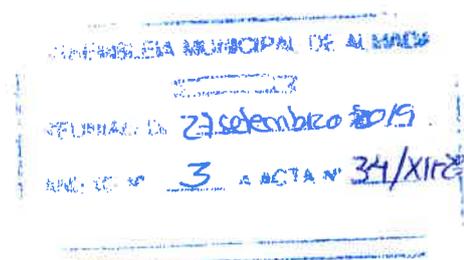
Carlos Alberto Antunes Rodrigues, fez parte dos órgãos concelhios do CDS-PP em Almada, tendo ingressado nas listas do CDS-PP em eleições autárquicas onde se destacou a sua candidatura à União de Freguesia de Charneca de Caparica/Sobreda, ao mesmo tempo que fazia parte da comissão de coordenação autárquica da mesma concelhia.

Militante dedicado ao seu partido e às causas públicas tinha sempre no seu horizonte a ajuda ao próximo, mas foi como bombeiro de 1ª nos Bombeiros Voluntários Lisbonenses, que exerceu o seu dever de cidadania ao mais alto nível, junto da comunidade, onde foi reconhecido e condecorado por diversas vezes, pelos serviços que prestou às populações enquanto soldado da paz.

Carlos Rodrigues será recordado como um amigo do seu amigo, bom colega e com uma alegria contagiante sempre pronto a confortar os outros e a ultrapassar as diversas adversidades da vida.

Deste modo, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 27 de Setembro de 2019, delibera aprovar o presente voto de pesar, endereçando as mais sentidas condolências à família e aos amigos.

Deputado Municipal do CDS-PP
António Pedro Maco





Saudação

Requalificação do Parque Atlântico

Inaugurado, no passado mês de agosto, o novo Parque Desportivo Atlântico, veio dar resposta a uma reivindicação com mais de uma década por parte da população do Concelho de Almada, o fim do famigerado “largo das tabuas”.

No degradado “largo das tabuas”, nasceu um novo parque desportivo, para todas as idades, destinado a todos os Almadenses e a quem visita o nosso concelho. Esta obra naquela zona outrora desqualificada e deixada ao abandono durante anos a fio, vem agora dar uma nova dinâmica à frente urbana.

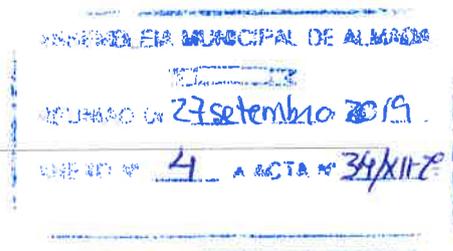
Esta intervenção é um investimento totalmente da CMA e veio conferir uma nova paisagem a este local, criando uma ligação harmoniosa entre a frente urbana e a praia

Este novo parque de lazer e desporto é composto por:

- Um campo de futebol de praia
- Dois campos de voleibol de praia
- Um parque infantil
- Zona de fitness
- Zona verde composta por relva e árvores

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 27 e 30 de Setembro de 2019, delibera:

1. Saudar a Câmara Municipal de Almada por este investimento na requalificação naquela zona da Costa de Caparica, bem como saudar todos os almadenses que reivindicavam a requalificação da mesma



VOTO DE SAUDAÇÃO

1º Encontro Municipal de Justiça, Segurança e Saúde Animal

Nos dias 29 e 30 de junho de 2019, realizou-se em Almada o primeiro Encontro Municipal de Justiça, Segurança e Saúde Animal organizado pela Câmara Municipal, com o objetivo de *“envolver a sociedade civil e as entidades competentes na construção de soluções para que animais e humanos vivam em perfeita harmonia e respeito mútuo”*.

Este encontro contou com a presença de várias associações e grupos informais envolvidos na saúde e bem-estar animal do concelho, bem como juristas e agentes de forças de segurança que abordaram as questões legais desta temática e os problemas com os quais se confrontam diariamente. O encontro serviu ainda para dar a conhecer o projeto de implementação da Provedoria dos Animais de Almada que está a ser desenvolvido no município pelo médico veterinário, Dr. Nuno Paixão.

A realização deste Encontro demonstrou, por um lado, a disponibilidade do município em dar voz às associações de bem-estar animal do concelho e a todos aqueles para quem este assunto é importante e, por outro, todas as dificuldades que são enfrentadas diariamente por quem se dedica a esta causa bem como o longo caminho que é ainda necessário percorrer no que respeita a justiça, segurança e saúde animal em Almada.

A concretização de eventos futuros sobre esta temática e a implementação da Provedoria dos Animais de Almada, são instrumentos que permitem um melhor diagnóstico das necessidades reais do concelho em matéria de bem-estar animal e uma aproximação da sociedade civil aos órgãos municipais, conduzindo, portanto, à realização de políticas de proteção e bem-estar animal mais informadas e que vão de encontro às necessidades do município.

Não obstante, importa sublinhar ser pertinente que estes eventos sejam seguidos da efetiva implementação de medidas que permitam a monitorização e correção dos problemas que se consensualizem entre os participantes, fim último de qualquer encontro desta natureza, razão mais forte da sua existência.

Deste modo, a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propõe que a Assembleia Municipal de Almada, na sua Sessão Ordinária de 27 e 30 de setembro de 2019, delibere saudar a realização do 1º Encontro Municipal de Justiça, Segurança e Saúde Animal em Almada.

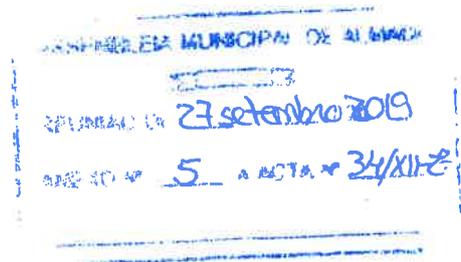
Laranjeiro, 27 de setembro de 2019

Pessoas - Animais – Natureza

Artur Jorge Alfama

Artur Alfama

(Deputado Municipal do PAN)





7/2

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO **(Preservar o ambiente e a natureza, prevenir as alterações climáticas)**

As causas que estão na origem da degradação do ambiente exigem respostas prontas e decididas para as inverter.

A destruição da floresta, a poluição hídrica e atmosférica, a agricultura intensiva, principais causas da degradação do ambiente, são consequência do modo de produção capitalista que conduz à exploração abusiva dos recursos para além das necessidades dos seres humanos, à sobreprodução e ao desperdício.

É sentimento geral a necessidade de adotar medidas no sentido da proteção da natureza, do equilíbrio ambiental e ecológico. Mesmo reconhecendo-se que são múltiplos os fatores, objetivos e subjetivos, que influenciam as condições climáticas e que estão na origem das suas alterações, os que têm origem na relação com a natureza e os seus recursos têm um peso não desprezível.

Enfrentá-los exige a adoção de políticas sérias e consistentes, a mobilização de recursos, a ampliação da consciência dos problemas e das causas que os promovem.

Os alarmismos em torno das alterações climáticas só servem os interesses dos negócios em nome do ambiente e podem servir como justificação para a criação de novas taxas e impostos ditos verdes que penalizam comportamentos individuais das camadas mais pobres, ou para acentuar a implementação de mecanismos financeiros e especulativos, como o mercado do carbono, que tornam a poluição um negócio de muitos milhões em que é mais barato poluir do que investir em tecnologia para reduzir as emissões para atmosfera.

Em Portugal, ao longo dos anos depois do 25 de Abril de 1974, o Poder Local Democrático tem desenvolvido um esforço notável na implementação de políticas públicas defensoras do ambiente:

- O abastecimento de água às populações e a defesa da água como um bem público;
- A implementação do saneamento básico com redes de recolha e tratamento de efluentes;
- Uma política de higiene urbana com recolha e tratamento de resíduos sólidos;
- O desenvolvimento de uma política de ordenamento do território, com a ocupação do solo e gestão do espaço público, implementando e salvaguardando zonas e espaços verdes e de lazer.
- E ainda, mais recentemente, a participação na redução tarifária dos transportes públicos, a medida de maior impacto no plano das condições ambientais, designadamente pela contribuição que pode dar para uma redução significativa do transporte individual e do volume de emissões que dele decorre.

É compreensível que no plano local a resposta que pode e deve ser dada é apenas uma pequena parcela da ação mais geral que a dimensão e premência de um problema com



71

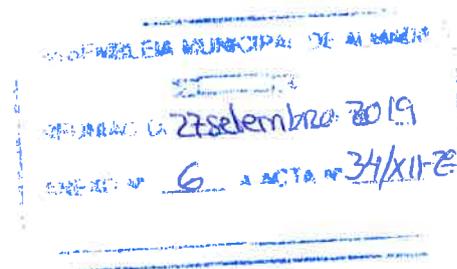
escala planetária reclama. Mas ainda que reconhecendo a contribuição limitada é nosso dever corresponder ao carácter emergente que a dimensão e a urgência da questão, nas suas multifacetadas expressões, assume.

A proteção da natureza, do equilíbrio ambiental e ecológico com o que contribuem também para alterações de clima que urge prevenir, exigem, mais do que enunciados proclamatórios, dramatizações e a disseminação de medos baseados em cenários catastrofistas, a adoção de medidas, o reforço de meios e uma intervenção mais empenhada e determinada pelo interesse público, por parte do governo e das autarquias.

Assim, a CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 27 de Setembro de 2019, delibere:

1. Exigir a adoção de medidas de reforço dos meios do Estado para desenvolver uma verdadeira política de defesa da natureza, colocando a riqueza natural do país ao serviço do povo e do desenvolvimento nacional, incluindo: o desenvolvimento de alternativas energéticas de domínio público; o reforço do investimento no transporte público no sentido da sua gratuitidade, e alargamento da sua oferta em detrimento do transporte individual; o investimento na investigação e desenvolvimento com vista à diminuição da dependência de combustíveis fósseis; a defesa da produção local.
2. Exigir igualmente o reforço dos meios financeiros das autarquias para poderem prosseguir e melhorar a sua intervenção nas questões ambientais, no quadro das suas competências.
3. Instar o Município de Almada a prosseguir e a intensificar as ações, medidas e projetos que no quadro geral de um programa de proteção dos valores ambientais e de promoção dos recursos ecológicos e naturais contribua para prevenir causas que estão na origem de alterações climáticas.

Almada, 27 de Setembro de 2019
O Grupo Municipal da CDU





Voto de Saudação pelo projeto habitacional de Almada Poente e Programa 1º Direito

No passado dia 19 de julho, a Câmara Municipal de Almada e o Instituto para a Habitação e Reabilitação Urbana assinaram um protocolo que materializa o início de um processo que simboliza um verdadeiro virar de página na história da política de habitação em Almada.

Neste dia, o Projeto Habitacional de Almada Poente (PHAP), previsto para os terrenos localizados no Plano Integrado de Almada (PIA), na freguesia da Caparica foi apresentado no âmbito da Nova Geração de Políticas de Habitação, promovida pelo atual Governo.

O objetivo deste projeto urbanístico é bem expressivo do que está em causa: a aprovação de 3500 novas habitações que irão proporcionar a cerca de 9 mil pessoas um direito consagrado na Constituição. Para a primeira fase do Projeto estão previstos 125 milhões de euros.

Este acontecimento formal foi antecedido de um longo trabalho promovido pelos serviços da CMA, que se consubstancia na Estratégia Local de Habitação de Almada, estratégia essa que assume três objetivos estratégicos:

- Melhorar a coesão social e territorial;
- Aumentar a competitividade;
- Melhorar a qualidade do território.

Integrada nessa estratégia, e para além da criação de novos fogos, prevê-se ainda:

- Prioridade para a reabilitação do parque habitacional municipal, com mais de 2300 fogos, quase 20% dos quais a necessitar de obras urgentes e muito urgentes;

- A gestão eficaz, rigorosa e criteriosa das habitações municipais, com a criação do Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitação;

Associado ao Programa 1.º Direito, estão também a resolução da situação dos residentes nos seguintes núcleos:

- 2.º Torrão, Trafaria (cerca de 400 agregados familiares);

- Terras do Lelo e Abreu, Terras da Costa, Costa da Caparica (cerca de 50 famílias);

- 1.º Torrão, Trafaria (cerca de 50 famílias);

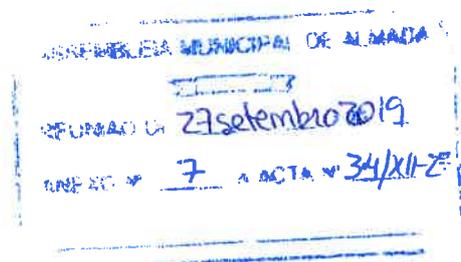
- Traseiras da Escola da Trafaria (10 agregados familiares);

A definição destes objetivos, e do seu faseamento de acordo com o protocolado, implicou um trabalho de campo muito exigente por parte dos serviços competentes da Câmara Municipal mas que era condição sine qua non para que o município de Almada viesse a beneficiar destes novos instrumentos que consubstanciam uma Nova Geração de Políticas de Habitação e que visam resolver de forma planeada e concertada, problemas que se avolumaram nas últimas duas décadas no nosso território e que implicam com direitos essenciais - a falta de condições dignas de habitação.

Assim, reunida em sessão ordinária a 27 de setembro de 2019, a Assembleia Municipal de Almada delibera saudar o Governo e a Câmara Municipal de Almada pelo lançamento do Projeto Habitacional de Almada Poente e pela mobilização que imprimiu através do seu executivo e dos serviços competentes para que este Projeto seja uma parte da concretização de uma nova Estratégia Local de Habitação em Almada.

Almada, 27 de setembro de 2019

O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista





Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

7/2

Voto de saudação à surfista Mafalda Lopes

Mafalda Lopes sagrou-se campeã europeia de surf no escalão de juniores, numa etapa realizada no dia 15 de setembro, na Ribeira Grande, São Miguel, Açores, onde conseguiu também o apuramento para o Mundial da categoria.

Depois de Teresa Bonvalot, em 2016 e 2017, este foi o terceiro título conquistado pelo nosso país, nesta categoria, em quatro anos.

A jovem caparicana, que representa a Associação de Surf da Costa de Caparica, tem evoluído nesta modalidade ao mesmo tempo que acumula prémios e distinções, dos quais são exemplos as vitórias no Campeonato Europeu de Sub-18, no Campeonato Nacional Esperanças (conquistado por 4 vezes), na Taça de Portugal Feminina Júnior em 2018, no campeonato regional da Grande Lisboa (conquistado por 4 vezes), bem como o reconhecimento enquanto melhor atleta Júnior no Circuito Nacional Liga Meo ou as sucessivas prestações Seleção Nacional, que muito têm prestigiado o nosso país.

Ao juntar o título da Pro Junior da World Surf League ao seu palmarés, conseguiu não só um dos títulos mais difíceis na carreira de surfista como colocou o seu nome no topo do surf europeu.

Estas consecutivas vitórias também são a demonstração de sucesso da aposta que a Junta de Freguesia da Costa de Caparica tem feito ao longo dos últimos anos na formação de atletas.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 27 setembro de 2019, presta homenagem à já brilhante carreira desta atleta, à Associação de Surf da Costa Caparica, pelo seu excelente trabalho na área da formação e a todos os que tornaram possível este título que engrandece a Costa da Caparica e todo o concelho de Almada.

Almada, 27 de setembro de 2019

O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

72

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA
Sessão de 27 setembro 2019
Ordem de Dia n.º 8 - ACTA n.º 34/XII-2019



Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

7d

Voto de saudação pela expansão da Escola Carlos Gargaté

No passado dia 31 de julho foi assinado o Acordo de Colaboração tendo em vista a execução, em 2020, das obras necessárias para que esta escola da Charneca de Caparica possa ser expandida, permitindo que acolha também o Ensino Secundário.

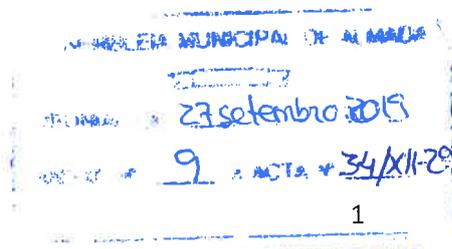
Esta será uma intervenção que visa dar resposta à deficiente oferta educativa ao nível do Ensino Secundário nesta freguesia, uma das que apresenta um dos maiores crescimentos populacionais do país.

Há muito que alunos e famílias reclamavam, de forma absolutamente justa, uma resposta que ajudasse à resolução deste problema, mas tal só foi possível com a conjugação de esforços entre o Governo, a Câmara Municipal, a União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda e o Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté que, contrariando o mantra até à exaustão repetido pelos anteriores executivos autárquicos – que essa era uma responsabilidade única e exclusiva do estado central – coordenaram esforços para fazer aquilo que realmente importa: dar aos jovens e às famílias desta freguesia uma resposta educativa adequada às suas necessidades.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 27 de setembro de 2019, delibera saudar o Governo, a Câmara Municipal de Almada, a União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda e o Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté pela assinatura deste protocolo de ampliação da Escola que permitirá, finalmente, resolver um dos maiores problemas daquele território.

Almada, 27 de setembro de 2019

O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista





16

Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

Voto de Saudação ao 40.º Aniversário do Serviço Nacional de Saúde

Em 2019 assinala-se o quadragésimo aniversário da criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), uma das maiores e mais importantes conquistas do pós-25 de abril.

Sob proposta do Partido Socialista, e ainda que com a abstenção, na generalidade, e com os votos contra, na especialidade, do PSD e do CDS, foi aprovada e publicada a Lei n.º 56/79, de 15 de setembro, que concretizou o direito à saúde previsto no artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa.

Esta foi uma vitória da democracia, a qual não teria sido possível sem o papel decisivo de António Arnaut, que enquanto Ministro dos Assuntos Sociais, com as pastas da Saúde e da Segurança Social, foi o principal impulsionador da medida.

Em 1979 foi, assim, assumido o compromisso de que o Estado garante o acesso a cuidados de saúde a todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica e social, através de um SNS universal e tendencialmente gratuito, que assegure a proteção da saúde individual e coletiva.

O SNS mudou drasticamente a vida dos portugueses, sobretudo dos mais pobres e desfavorecidos, cujo acesso a uma “simples” consulta médica era até então uma realidade distante, tendo contribuído decisivamente para a redução das desigualdades, para o aumento da esperança média de vida e para a melhoria na qualidade de vida dos portugueses, colocando Portugal, ao longo dos anos, ao nível (ou acima, em muitos aspetos) do resto da Europa.

Se hoje Portugal tem, por exemplo, uma das mais baixas taxas de mortalidade infantil do mundo, segundo os últimos dados divulgados pela Organização Mundial de Saúde no passado dia 19 de setembro, deve-o ao SNS.

As exigências atuais são diferentes das que existiam em 1979, mas não pode descurar-se as necessidades crescentes de melhoria da qualidade do SNS e a importância de investimento público na área da saúde, reforçando e modernizando os serviços.

Pelo exposto, o Partido Socialista terá sempre como prioridade a valorização do SNS, o que justifica, por exemplo, que nos últimos quatro anos, com o atual Governo, a despesa em saúde tenha subido de 8 mil e oitocentos milhões de euros para 10 mil e seiscentos milhões de euros.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 27 de setembro de 2019, delibera saudar os 40 anos do Serviço Nacional de Saúde, realçando naturalmente o papel que António Arnaut teve na sua criação.

Almada, 27 de setembro de 2019

O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

